



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU

"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

Departamento de Licitações

Fls. _____

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 264/2025

PROCESSO Nº 0300010094/2025-PG-3

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2025

I – RELATÓRIO

Trata-se de **impugnação ao Edital** do Pregão Eletrônico nº 264/2025, apresentada por **LOGMEDI COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, na qual a impugnante questiona a previsão editalícia que estabelece que, para fins de julgamento, serão considerados os valores constantes no preço total do item **com no máximo duas casas decimais**, sendo desprezadas as demais, nos termos do **item 10.6 do Edital**.

Sustenta a impugnante, em síntese, que a limitação a duas casas decimais afrontaria os princípios da **economicidade**, da **competitividade** e da **supremacia do interesse público**, defendendo que o edital deveria permitir a apresentação e julgamento de propostas com até **quatro casas decimais**, sob o argumento de que, no mercado de medicamentos, as disputas comumente ocorrem na terceira ou quarta casa decimal.

É o relatório.

II – DA ADMISSIBILIDADE

A impugnação foi apresentada tempestivamente, por parte legítima, observadas as exigências formais previstas no item 4 do Edital, razão pela qual **deve ser conhecida**.

III – DO MÉRITO

No mérito, **não assiste razão à impugnante**.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU

"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

Departamento de Licitações

Fls. _____

O Edital do Pregão Eletrônico nº 264/2025 estabelece, de forma **expressa, objetiva e uniforme**, que:

"Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço total do item, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver." (item 10.6)

Tal disposição **não afronta a legislação vigente**, tampouco os princípios que regem as licitações públicas.

A **Lei nº 14.133/2021** não impõe à Administração Pública a obrigatoriedade de adoção de três ou quatro casas decimais na formulação ou no julgamento das propostas, cabendo ao ente licitante, no exercício legítimo de sua **discricionariedade administrativa**, definir critérios objetivos e padronizados para o certame, desde que respeitados os princípios da **legalidade, isonomia, razoabilidade, proporcionalidade e julgamento objetivo** — o que ocorre no caso concreto.

A limitação a duas casas decimais:

- aplica-se **indistintamente a todos os licitantes**;
- não impede a participação de interessados;
- não cria vantagem ou desvantagem competitiva indevida;
- assegura maior **padronização contábil, operacional e financeira**, especialmente relevante em procedimentos de **Sistema de Registro de Preços**, cujos pagamentos, empenhos e liquidações se dão em moeda corrente nacional, tradicionalmente operacionalizada com duas casas decimais.

O argumento de que disputas no mercado de medicamentos ocorreriam na terceira ou quarta casa decimal **não constitui, por si só, demonstração de prejuízo ao erário ou à competitividade**, tampouco vincula a Administração à adoção de tal critério, sobretudo quando inexistente qualquer comprovação concreta de restrição à competição ou de inviabilização da obtenção da proposta mais vantajosa.

Ressalte-se, ainda, que o Edital:

- adota critério de julgamento de **menor preço do item**;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAHU

"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

Departamento de Licitações

Fls. _____

- permite **intervalo mínimo livre entre lances**;
- assegura ampla competitividade dentro de parâmetros claros e objetivos.

Cumpra-se destacar que, nos termos do próprio Edital, **o ônus da prova quanto à alegada ilegalidade ou prejuízo cabe ao impugnante**, prevalecendo a presunção de legitimidade dos atos administrativos, ônus do qual a impugnante não se desincumbiu.

Assim, a pretensão deduzida revela-se como mera **inconformidade com critério editalício regularmente estabelecido**, não havendo ilegalidade, vício ou afronta aos princípios administrativos que justifique a modificação do instrumento convocatório.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, **CONHEÇO da impugnação**, por tempestiva e formalmente adequada, **e, no mérito, JULGO-A IMPROCEDENTE**, mantendo-se **integralmente inalterados** os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 264/2025, em especial o disposto no item 10.6.

Determina-se o regular prosseguimento do certame, nos termos originalmente estabelecidos.

Publique-se.

Comunique-se aos interessados.

Cumpra-se.



DOUGLAS HIDEKI VEVANCIO
PREGOEIRO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO